

# AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL<sup>1</sup>

Eraldo da Silva Ramos Filho<sup>2</sup>

## 1 - Introdução

Na sociedade brasileira, a reivindicação dos trabalhadores por transformações no direito de posse, propriedade e uso da terra está presente desde os primórdios do sistema de *plantation* que movia a economia agroexportadora. Nas primeiras décadas do século XX, este movimento se intensifica no processo de formação da classe camponesa no Brasil. A formação das primeiras Ligas Camponesas, no nordeste brasileiro, e sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) inaugura uma ação política do campesinato para além das revoltas populares. Em 1946, o então senador da República, Luis Carlos Prestes, profere discurso na Assembléia Nacional Constituinte defendendo a proposta de reforma agrária da bancada do PCB, constituindo um marco nos programas políticos de reforma agrária no Brasil.

Entre meados do século XX e o golpe militar de 1964, o campesinato seguiu organizando-se politicamente em diferentes entidades que atuavam em diferentes estados e/ou regiões brasileiras, a exemplo da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER) no Sul do país, que lutavam fundamentalmente por direito à terra, por uma política de reforma agrária e contra o poder opressor do latifúndio. Ainda neste período histórico, outros movimentos locais surgiram organizados pela Igreja católica, seja sua vertente conservadora com as Frentes Agrárias, seja pela progressista expresso no Movimento de Educação de Base (MEB). Diferentes programas e teses políticas que defendiam a reforma agrária foram defendidos pela Igreja, por partidos, movimentos camponeses, pelo governo (João Goulart),

---

<sup>1</sup> Texto adaptado para discussão na mesa redonda “Papel del Estado, el capital y el campesinado ante las políticas de Reforma Agraria, la Soberanía Alimentaria y los agrocombustibles” que realizar-se-á durante o XVI Encontro de Geógrafos de América Latina (EGAL), Havana, Cuba, de 06 a 11 de abril de 2015. O presente artigo e as discussões decorrentes da referida mesa redonda fomentaram a preparação de artigo completo final, para publicação em livro em processo de organização, que compila reflexões do projeto de pesquisa “Estado, capital e campesinato no desenvolvimento das políticas de produção de alimentos e agrocombustíveis no Brasil e Cuba. Semelhanças e diferenças” financiado pelo Edital CAPES/MES Cuba N° 37/2012, que conta com a participação de pesquisadores da Universidad de La Habana, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade do Oeste do Pará e Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR/UFS), Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA). [eramosfilho@pq.cnpq.br](mailto:eramosfilho@pq.cnpq.br)

até o golpe militar de Estado, em 1964, que passou a reprimir e desarticular as organizações camponesas e, contraditoriamente, criou a primeira lei de reforma agrária: o Estatuto da Terra, justamente para não realizá-la (STÉDILE, 2005).

Somente em 1979, os movimentos camponeses conseguiram retomar suas lutas por terras e por reforma agrária; dentre estes se destaca a ação da CONTAG, os trabalhos de base realizados pela Comissão Pastoral da Terra, bem como a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta última organização, em seu processo de espacialização, territorialização e internacionalização, contribuiu para a presença do campesinato no processo político brasileiro, denunciando através das massificadas ocupações de terras, marchas, acampamentos dentre outras formas de luta, a permanência da violência da concentração de terras e território pela classe dos proprietários rentistas e mais recentemente do mito triunfalista das corporações do agronegócio globalizado.

Desde a redemocratização do Brasil nos anos 1980, passando pelo movimento das Diretas Já (1984) e Constituinte de 1988, pelos governos neoliberais e os recentes governos do Partido dos Trabalhadores as elites político-econômicas interpuseram diversos óbices à realização da reforma agrária. Para o líder sem terra Stédile, o Brasil perdeu cinco oportunidades que teve para realizar a reforma agrária:

No Brasil, perdeu-se a oportunidade de fazer esse tipo de reforma agrária, quando terminou a escravidão, em 1888. Os Estados Unidos, por exemplo, a fizeram nessa conjuntura. Depois, perdeu-se a segunda oportunidade na Revolução de 30, quando iniciamos nosso processo de industrialização. Perdemos a terceira oportunidade durante a crise desse modelo, na década de 60, quando o então ministro Celso Furtado convenceu o governo Goulart de que a saída seria uma reforma agrária. A resposta da direita foi um golpe militar.

Perdemos a oportunidade na redemocratização formal em 1985, quando Tancredo havia convidado o saudoso José Gomes da Silva para fazer o primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Ele entregou o plano que previa assentar 1,4 milhões de famílias no dia 4 de outubro e caiu em 13 de outubro.

A chance que tínhamos de fazer uma reforma agrária clássica seria se o governo Lula combatesse o modelo neoliberal, articulando forças sociais e políticas do país para um projeto de desenvolvimento nacional e industrial, com distribuição de renda e combate à desigualdade. Como o governo Lula manteve uma política e um modelo econômico que subordina a nossa economia ao capital financeiro e às grandes empresas transnacionais, a reforma agrária está bloqueada. Só haverá chance se derrotarmos o neoliberalismo (STÉDILE, 2008).

O Brasil se modernizou e neste bojo está a agricultura, com a difusão das práticas da *revolução verde*, com o aprofundamento do controle das formas de produzir no campo e consumir nas cidades pelas corporações transnacionais, seja do segmento agroalimentar (sementes, insumos, implementos, agrotóxicos, redes globais varejistas) bem como do

segmento bancário e financeiro, bem como industrial; ademais dos organismos e agências multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Sobretudo, após o reconhecimento por parte deste último organismo financeiro sobre a importância da redistribuição de terras para a redução da pobreza e crescimento econômico torna-se mais raro encontrar algum segmento da sociedade brasileira discordante da necessidade de realizar a reforma agrária. Contudo, o mesmo não acontece com a disputa de qual reforma agrária deve ser realizada. Diferentes segmentos políticos de distintas orientações ideológicas, os diversos movimentos sociais, o movimento sindical, as vertentes das Igrejas, os partidos políticos, os intelectuais, etc. elaboram os conceitos de reforma agrária de acordo com as intencionalidades de cada grupo, segmento ou classe.

Parto da classificação das reformas agrárias, proposta pelo sociólogo colombiano Antonio García Nossa (1970; 1973), que analisando os processos históricos de mudança, as forças sociais envolvidas e as ideologias e objetivos estratégicos das reformas na América Latina, propôs uma tipologia na qual as reformas agrárias podem ser estruturais, convencionais e marginais. A primeira constitui-se em um processo de revolução agrária, o segundo tipo diz respeito aquela em que as elites fazem concessões sem permitir uma alteração dos *status quo* e a terceira trata-se de uma contrarreforma agrária.

Neste contexto, objetivo, neste artigo, reunir elementos da conjuntura da questão agrária neste princípio de século XXI para pensar um movimento de contrarreforma agrária no Brasil ou de reforma agrária marginal, segundo classificação de Nossa. Para esta reflexão elenquei as bases principais desta problemática que debatarei nas seções seguintes, quais sejam: a hegemonia do paradigma do capitalismo agrário e conflitualidade na análise do campo, o agravamento da concentração fundiária brasileira, a blindagem do agronegócio e o mito do desenvolvimento, a substituição da reforma agrária pelas políticas de combate à pobreza e à miséria, por fim, remeto o leitor às considerações finais.

## **2 - A hegemonia do paradigma do capitalismo agrário e a conflitualidade na análise do campo**

No Brasil, as últimas duas décadas, aproximadamente, têm sido influenciadas por formulações dos *think tanks* das agências financeiras supranacionais, que se expandem até as universidades e institutos de pesquisa, de modo que o conhecimento aqui produzido, sob um rótulo de qualidade conferido pelo método, contribui para a formulação de políticas públicas de governo e, chega à sociedade como um todo, ao senso comum redefinido conceitos

carregados de historicidade e resistências, forjando uma matriz discursiva comum, e controlando posturas políticas.

A compreensão sobre a questão agrária e seus componentes varia de acordo com o paradigma de explicação adotado. Entendo paradigmas como pensamentos teóricos e políticos que apresentam distintas leituras da questão agrária, do desenvolvimento do campo e da reforma agrária e, na realidade, se materializam em diferentes projetos para o tratamento dos problemas. Desde esses pontos de vista, temos várias compreensões que se interagem, misturam-se, distanciam-se e enfrentam-se, contribuindo ora para o seu desenvolvimento, ora para o seu emperramento. Na atualidade, a diversidade de pensamentos que analisam o campo na América Latina podem ser organizados em: paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA) que estabelecem uma conflitualidade em torno da formulação de pensamentos que disputam o Estado, as políticas públicas e impactam a realidade.

As teorias que compõem o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) podem ser organizadas em duas tendências complementares. Aquela que defende o desenvolvimento do agronegócio altamente globalizado como saída para o desenvolvimento dos países e a tendência da agricultura familiar, cuja concepção prega que não há contradição entre o campesinato e o agronegócio, mas sim complementaridade entre ambos, desde que ocorra a metamorfose do camponês em agricultor familiar. Um exemplo emblemático é o que pensa o economista José Graziano da Silva, presidente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO):

Infelizmente, alguns setores do movimento social têm uma visão muito prejudicial para eles mesmos e, em certo sentido, paralisante: opor o desenvolvimento da agricultura familiar ao agronegócio como se competissem. O agronegócio é mais um marketing. O conceito emergiu nos Estados Unidos nos anos 1950 para fazer lobby no Congresso por mais subsídios para a agricultura, e envolvia as indústrias fornecedoras de insumos, as processadoras e toda a cadeia agroalimentar. Nesse sentido, é um conceito unificador, e creio que boa parte da agricultura familiar hoje em dia está envolvida na cadeia alimentar do agronegócio. Não há como fugir dessa trajetória (SILVA, 2012).

Nesta compreensão, os processos de subordinação do campesinato ao capital são chamados de processos de integração do agricultor familiar à agroindústria, ao agronegócio. Esta interpretação tem por pressuposto que o campesinato, por ser um sistema tradicional, velho, portanto incompleto, tem que se integrar incondicionalmente a um sistema supostamente perfeito, o capitalismo. Logo, o campesinato, classe social que tem centralidade na realização do trabalho familiar, deve se metamorfosear em agricultor

familiar (uma atividade profissional, cujo sujeito assume a condição de consumidor dos pacotes tecnológicos modernos e integra-se a mercados capitalistas completos). Pois como afirma Abramovay “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser, nem de longe, caracterizada como *camponesa*” [grifos do autor] (1998, p. 22.).

Para os causídicos do paradigma do capitalismo agrário (PCA) (MENDRAS, 1984; LAMARCHE, 1993 e 1998; ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991) a questão agrária foi substituída pelo desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento territorial rural, algumas vezes utilizados como sinônimos. O território aqui é tratado como área delimitada a partir de determinados critérios estabelecidos previamente (no caso da política brasileira de desenvolvimento territorial rural, a partir elementos culturais comuns, determinados patamares de densidade demográfica e sujeitos demandantes de políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário). Objetiva-se, no contexto da área delimitada (território) articular os sujeitos mais pobres em torno de um consenso sobre o direcionamento dos investimentos de recursos que serão realizados pelo Estado na estruturação, desenvolvimento e/ou fortalecimento de cadeias produtivas indicadas verticalmente e, muitas vezes, complementares aos anseios do capital.

O PCA defende que a prosperidade da agricultura perpassa a expansão da agricultura capitalista de larga escala integrada no mercado globalizado. Neste cenário, busca-se o esvaziamento político do conceito de campesinato e construção do conceito agricultor familiar como um estágio evolutivo superior. Como agricultores familiares, classificam-se e identificam-se os pequenos produtores agropecuários que conseguem incorporar práticas produtivas modernas, que se inserirem nas redes globais de informação e se articulam nos mercados completos, mesmo que estas condições se deem mediante à integração do camponês às corporações agroindustriais e agroalimentares resultante de formas espúrias de exploração, subordinação e expropriação.

Esse paradigma defende a especialização da produção em determinados sistemas agrários e a diferenciação dos agricultores como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário. De maneira que aquele sujeito, que não obtiver o sucesso no seu empreendimento, é o próprio culpado e sua pobreza deve ser resolvida com políticas de transferência de renda emanadas pelo Estado ou mediante à venda da força de trabalho nos empreendimentos agropecuários próximos do lote familiar ou em atividades no urbano. Este processo de proletarização é denominado por este paradigma como pluriatividade.

O caso da reforma agrária é compreendido, nesta condição, como política

compensatória para amenizar a condição de miserabilidade, como instrumento de controle social e oportunidade de fomentar a economia mediante a oxigenação dos mercados de terras mediante difusão de instrumentos de financiamento de compra e venda de terras, que supostamente contemplaria os mais pobres (RAMOS FILHO, 2008a, 2008b, 2008c, 2009, 2011a, 2011b, 2011c). Nas últimas décadas, o PCA se tornou hegemônico nas políticas públicas voltadas ao campo na América Latina e no Brasil. As políticas influenciadas por este pensamento configuram-se com a primeira dimensão da contrarreforma agrária no Brasil.

O Paradigma Questão Agrária (PCA) também apresenta duas tendências. Uma fundada no pensamento clássico tem sua gênese no pensamento de Kausty (1986) e Lenin (1985), que defendiam que o campesinato teria o seu fim a partir dos processos de diferenciação, expropriação, ou sujeição como consequências das grandes explorações capitalistas, pressupunham, portanto, sua eliminação física. Estes autores estavam pensando na via revolucionária e o protagonismo do proletariado.

A tendência campesinista fundamenta-se em autores contemporâneos. Em Martins (1995), encontramos reflexões sobre a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Fernandes (2005, 2001) compreende de que a questão agrária é uma problemática estrutural do capitalismo que expressa o desenvolvimento da agropecuária e das lutas dos trabalhadores, portanto trata-se de uma problemática insuperável. Já Ploeg considera que “A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e, cada vez mais interligadas, através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*” [grifos do autor] (2008, p. 289). Por sua vez, Oliveira (1997, 2007) compreende que na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agricultura no capitalismo as possibilidades de criação e recriação do campesinato se dão por meio dos processos econômico-geográficos: o arrendamento da terra, migração, pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e da reforma agrária, dentre outros.

A reforma agrária é compreendida como uma política importante de distribuição da terra, como forma de impedir a intensificação da expropriação. O mercado e a capitalização são processos que devem ser pensados no campo da luta e da resistência. Ao contrário dos outros paradigmas, neste, a luta pela terra é considerada como condição essencial para a formação do campesinato.

No campo, o capital desenvolve um modelo de desenvolvimento que perpassa, principalmente, o controle da terra destinado à produção de produtos que tenham valor de troca, a produção de *commodities* ou simplesmente o controle da terra como instrumento de

especulação, manifestação do rentismo fundiário. O controle sobre a terra representa possibilidades de produção de riqueza, de poder político, obtenção de créditos financeiros, etc. A territorialização do capital, no campo, dá-se mediante a ampliação dos territórios incorporando mais terras, o que Oliveira (1997) denomina *territorialização do capital monopolista* ou subordinando os territórios camponeses para a produção de matérias-primas demandadas pela agroindústria, configurando a *monopolização do território camponês pelo capital monopolista*.

Para os camponeses a terra tem um sentido oposto. O acesso e o controle da terra são primordiais para viabilizar moradia, produção alimentar básica da família, geração dos recursos econômicos necessários à sua subsistência, realização da cultura e muitas vezes da religião. Portanto, a conquista e o controle da terra para o campesinato, sua territorialização comporta as funções de moradia, de trabalho, de vida. A terra representa um sonho para os camponeses expropriados, quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tanto sonhada torna-se o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais.

Para o campesinato o acesso a terra, quando convertida em território, representa a materialização da vida. Portanto, território aqui não é apenas terra. Mas, é terra, água, cultura, religião, floresta, política, economia, memória, etc. Portanto, ao se territorializar o capital destrói o campesinato que se fundamenta em relações familiares não-capitalistas. Concomitantemente, em outros espaços, o próprio capital, contraditoriamente, recria o campesinato que ele mesmo destruiu, agora sob o seu controle, através dos arrendamentos, compra e venda da terra, subordinação da produção e do trabalho familiar camponês.

Mas os trabalhadores também podem ser protagonistas da sua recriação, empreendendo uma luta contra o capital, na qual as lutas por terras, sobretudo materializada pelas ocupações de terras, têm sido importantes para ampliação do território camponês no nosso tempo, sobretudo para que organizados em movimentos socioterritoriais possa contestar o processo de intensificação da concentração do território que discutirei a seguir.

### **3 – O agravamento da concentração fundiária brasileira**

Um componente nuclear da conjuntura agrária para esta análise são as mudanças na estrutura fundiária brasileira, cuja característica concentradora é um componente antigo da questão agrária do país que marca a origem do Estado brasileiro (IANNI, 1984). Tomando como referência as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), cujas informações são autodeclaradas pelos proprietários de imóveis rurais ou por seus

representantes legais, revela-se, que até o princípio de 2011, 5.356.425 imóveis rurais estavam cadastrados e ocupavam uma área total declarada de 590.716.875,33 ha, sendo que 269.453 imóveis foram excluídos do cadastro por inconsistência. Deste montante, as grandes propriedades, que configuram apenas 80.137 imóveis rurais (ou 1,5% do total de imóveis), controlam mais da metade da área cadastrada, qual sejam 310.607.824,77 hectares o equivalente a 52,59%. Enquanto que 4.611.798 de imóveis cadastrados (equivalente a 86,10% do total), considerados de pequeno porte, espremem-se em apenas 17,15% da área cadastrada ou 101.332.876,05 (Tabela 1).

Tabela 01 – Brasil – Estrutura Fundiária – 2011

Estratos de área	Nº de imóveis	%	Área em ha	%
Menos de 10 ha	1.818.606	33,95	8.568.163,17	1,45
10 < 100 ha	2.793.192	52,15	92.764.712,88	15,70
Menos de 100 ha	4.611.798	86,10	101.332.876,05	17,15
100 < 1.000 ha	664.490	12,40	178.776.174,51	30,26
Mais de 1000 ha	80.137	1,50	310.607.824,77	52,59
Total	5.356.425	100	590.716.875,33	100

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011.  
Organização: Eraldo da Silva Ramos Filho.

Constata-se, portanto, que no Brasil contemporâneo, persiste a configuração de pouca terra para muitos sujeitos e poucos sujeitos para extensas áreas territoriais. Evidencia-se também a permanência da irracionalidade materializada na polarização do binômio latifúndio-minifúndio que Josué de Castro, geógrafo, médico e ex-presidente da FAO, já denunciava na sua Geografia da Fome em 1946, e diferente do outro intelectual e político brasileiro que recentemente assumiu a presidência do referido órgão internacional já mencionado, Castro defendia como solução ao problema da fome o combate ao latifúndio e a realização de uma reforma agrária que atacasse a grande propriedade e eliminasse o minifúndio<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) instituiu a categoria minifúndio, considerado como um determinado imóvel rural com área territorial inferior a 1 módulo fiscal, este por sua vez diz respeito à superfície mínima que, considerando as condições naturais e os sistemas agrários predominantes em dado município, uma família possa prover sua existência. Por sua vez, as classes de área pequena e média propriedade foram definidas pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, também conhecida como Lei da Reforma Agrária, que omitiu a definição da grande propriedade. De maneira que as políticas agrárias têm adotado a seguinte classificação dos imóveis: minifúndios – ocupam menos de um módulo fiscal; pequena propriedade – de 1 a menos de 4 módulos fiscais; média propriedade – de 4 a menos de 15 módulos fiscais; grande propriedade – acima de 15 módulos fiscais.

Neste texto, para fins didáticos, organizo as classes de área, nos seguintes estratos e respectivas dimensões: minifúndio – 0 a menos de 10 hectares; pequena propriedade – 0 a menos de 100



Decorreram 65 anos após o escrito de Josué e a opção dos governos foi de manter a irracionalidade! Se tomarmos os registros do SNCR com relação aos mega imóveis rurais do país, aqui compreendidos como aqueles com mais de 10 mil ha, verifica-se um total de 2.018 imóveis pertencentes ao capital nacional/internacional que detêm 20% da área cadastrada no INCRA, ou seja, 118.106.919,57 hectares. A magnitude deste domínio representa 22% da área territorial do Brasil, é maior em 269 mil Km<sup>2</sup> que toda a região centro-oeste, ou igual a 2 estados do Mato Grosso, ou 03 estados da Bahia ou, ainda, 86 estados de Sergipe.

Esta estrutura fundiária picha o Brasil com a tarja das maiores desigualdades na distribuição de terras do continente, o que se evidencia quando confrontamos o índice de Gini da distribuição de terras de países selecionados (Quadro 1). Condição ainda mais grave quando recordamos que parte importante do exorbitante índice de concentração paraguaio decorre da marcante presença do capital brasileiro que expande seus domínios territoriais transfronteira com vistas a produção de *commodities* agrícolas.

Quadro 1 – Brasil e países selecionados - Concentração de terras na América - 1980 – 2006

País	Índice de Gini	Ano
Paraguai	0,93	1990
Barbados	0,928	1989
Colômbia	0,92	2011
Bahamas	0,872	1994
<b>Brasil</b>	<b>0,854</b>	<b>2006</b>
Argentina	0,85	2002
Uruguai	0,79	2000
Jamaica	0,79	1996
Estados Unidos	0,78	2002
Porto Rico	0,776	1980
Bolívia	0,768	1989
Panamá	0,75	2001
Canadá	0,60	1980

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006; DIEESE – Estatísticas Cadastrais do Meio Rural 2011; QUINTERO, s/d, QUINTERO e OSÓRIO s/d.

Se tomarmos como referência a evolução deste índice no Brasil, na segunda metade do século XX, a partir dos dados dos Censos Agropecuários de IBGE (Quadro 3), constata-se a ampliação da concentração fundiária entre 1960 e 2006 e a manutenção do elevado nível de concentração desde 1985 (Quadro 3).

Quadro 3 – Brasil – Evolução do Índice de Gini da propriedade da terra - 1960 – 2006

Ano	Índice de Gini
1960	0,731
1970	0,858
1975	0,867
1985	0,857

---

hectares; média propriedade – 100 a menos de 1.000 hectares; grande propriedade – mais de 1.000 hectares.

1995	0,856
2006	0,854

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (diversos anos)

A manutenção do índice deve ser compreendida em um contexto de permanente movimento no controle territorial entre os estratos (tipos) de imóveis (minifúndio, pequena, média e grande propriedade) adotados neste estudo. A fim de avançar um pouco mais nesta reflexão me parece elucidativo recuperar e trabalhar os dados da SNCR disponibilizados pelo Relatório DATALUTA 2010, sobre as mudanças na estrutura fundiária entre 1992 e 2011. Neste período, verifica-se um crescimento da área cadastrada de 310.030.752,20 ha em 1992 para 590.716.875,33 ha no ano de 2011, o que representa uma variação positiva de 90,5% no período. Por sua vez, o número total de imóveis saltou de 2.924.204 em 1992 para 5.356.425 em 2011, o equivalente a uma variação 83,17% no período (Tabela 2 e 2A). Observe-se ainda que o período de maior incorporação de áreas e ampliação do número, tomando como referência o ano de 1992, ocorreu entre 2003 e 2011, o que permite inferir que as políticas agrárias e agrícolas do governo Lula surtiram maior efeito neste processo.

Tabela 2 – Brasil – Mudanças na estrutura fundiária por classe de área 1992 - 2011

Ano	1992		2011	
	Nº de imóveis	Área em ha	Nº de imóveis	Área em ha
Menos de 10 ha	907.764	4.429.542,70	1.818.606,00	8.568.163
10 < 100 ha	1.601.071	51.965.836,90	2.793.192,00	92.764.712,88
Menos de 100 ha	2.508.835	56.395.379,60	4.611.798,00	101.332.876
100 < 1.000 ha	373.918	100.992.796,50	664.490,00	178.776.174,51
Mais de 1000 ha	41.451	152.642.576,10	80.137,00	310.607.824,77
Total	2.924.204	310.030.752,20	5.356.425,00	590.716.875

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA: Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera) Org: Eraldo da Silva Ramos Filho

Tabela 2A - Brasil - Variação da área total e número de imóveis - 1992 - 2011

Ano	Nº de imóveis	%	Área total	%
1992	2.924.204,00	---	310.030.752,20	---
1998	3.586.525,00	22,65	415.548.886,60	34,03
2003	4.290.531,00	46,72	418.483.332,30	34,98
2010	5.181.645,00	77,19	571.740.919,42	84,41
2011	5.356.425,00	83,17	590.716.875,33	90,53

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA: Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Org. Eraldo da Silva Ramos Filho.

No intuito de elucidar qual tipo de propriedade se beneficiou com a ampliação de 280.686.122,8 hectares na área cadastrada, remeto ao leitor a análise das tabelas 2B e 2C. As

tabelas 2B e 2C representam as mudanças na estrutura fundiária a partir de indicadores relativos, comparativos 1992 – 2011, respectivamente, por número de imóveis e área. A primeira observação relevante refere-se ao comportamento do número de imóveis entre 1992 e 2011, no qual todos os estratos de área apresentaram crescimento positivo, sendo o minifúndio e a grande propriedade os que mais variaram, respectivamente, na ordem de 100% e 93,33%, seguidos de uma variação do número de imóveis considerados pequenos (84%) e médios (77,71%). No tocante à variação do número de imóveis, na participação do total, verifica-se que a grande propriedade foi a que apresentou maior variação (5,54%) no período em tela. Enquanto que a pequena propriedade cresceu o percentual irrisório de 0,35% e a média propriedade reduziu em 2,98% a participação no número total de imóveis. A variação positiva do segmento pequena propriedade decorreu da pressão exercida pela variação positiva em 9,37% da participação do minifúndio (Tabela 2B).

Tabela 2B – Brasil – Transformações na estrutura fundiária – Indicadores comparativos do número de imóveis - 1992 - 2011

Estratos de área	1992		2011	
	Participação n° imóveis 1992 (%)	Participação n° imóveis 2011 (%)	Varição participação imóveis (%)	Varição n° de imóveis 1992 - 2011 (%)
Menos de 10 ha	31	33,95	9,37	100
10 < 100 ha	55	52,14	-4,76	74,46
Menos de 100 ha	86	86,09	0,35	84
100 < 1.000 ha	13	12,40	-2,98	77,71
Mais de 1000 ha	1	1,49	5,54	93,33
Total	100	100		

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011/DATALUTA: Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera) Organização: Eraldo da Silva Ramos Filho.

No tocante às mudanças relacionadas à área, por estratos definidos, constata-se que ocorreu ampliação da área em todas as classes, sendo que a grande propriedade foi a que mais cresceu (103%), seguida da pequena propriedade (80%) e média propriedade 77,02%. Contudo, vale observar que, novamente o comportamento do estrato pequena propriedade é impulsionado pela variação considerável dos minifúndios (93%). Ou seja, enquanto em um extremo o crescimento da área da pequena propriedade está concentrado entre os imóveis menores (0 < 10 hectares), em muitos casos insuficientes para produção do autoconsumo e geração de trabalho e renda para o grupo doméstico, no outro extremo está o crescimento dos domínios da grande propriedade.

Estes dados revelam cenários como os de assentamentos humanos rurais cuja exiguidade dos lotes familiares impede a reprodução da família, mas garantem a função de

moradia no campo, reduzindo o custo de reprodução do trabalho, que passa a ser explorado em empreendimentos agrícolas, megaprojetos de construção civil, atividades industriais ou ligadas ao setor terciário. Tais configurações espaciais podem inclusive ser produzidas pelas políticas fundiárias governamentais, conforme demonstrado por Ramos Filho (2011a) na contrarreforma agrária do Banco Mundial.

Houve variação positiva na participação da área apenas entre o minifúndio (1,52%) e da grande propriedade (6,80%). Os demais estratos apresentaram variação negativa na participação da área total declarada. Chama à atenção que, enquanto os minifúndios ampliaram sua participação relativa na área total, a grande propriedade ampliou seu controle territorial, com um crescimento da ordem de 6,8%, contrariamente o conjunto da pequena propriedade e da média propriedade reduziram sua participação na área total em, respectivamente, -5,705 e -7,09%.

Tabela 2C - Brasil – Transformações na estrutura fundiária – Indicadores comparativos da área cadastrada - 1992 - 2011

<b>Estratos de área</b>	<b>Participação área 1992 (%)</b>	<b>Participação área 2011 (%)</b>	<b>Variação participação área (%)</b>	<b>Variação de área 1992 – 2011 (%)</b>
Menos de 10 ha	1,43	1,45	1,52	93
10 < 100 ha	16,76	15,70	-6,31	78,51
Menos de 100 ha	18,19	17,15	-5,70	80
100 < 1.000 ha	32,58	30,26	-7,09	77,02
Mais de 1000 ha	49,23	52,58	6,80	103,49
Total	100,00	100,00		

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA), Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA: Banco de Dados de Luta pela Terra, 2011.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera) Organização: Eraldo da Silva Ramos Filho.

A partir da confrontação do comportamento do número de imóveis e área, no período em análise, pode-se concluir que a grande propriedade foi a que mais cresceu positivamente no período. Ou seja, verifica-se não somente a multiplicação do número de grandes propriedades como também a área destas e controladas por estas. Evidencia-se também que há proliferação do número e área dos minifúndios. Porém, neste caso a configuração espacial denota mais e menores minifúndios.

Diante desta realidade não é demasiado enfatizar que a grande propriedade produz a exclusão multidimensional pela concentração de terras, forjando as bases para que os proprietários concentrem outras dimensões como: o poder econômico e político, o conhecimento e a tecnologia, e exerçam influência sobre o judiciário, governos e políticas públicas de acordo com os seus interesses de classe, além de exercerem impune e diretamente diferentes formas de violência contra os trabalhadores ou, também, propagarem

a violência institucional através do Estado conforme vem demonstrando Gonçalves (2004, 2005, 2006). Este processo de domínio territorial sobre as terras brasileiras decorre das medidas de política com vistas a promover o *desenvolvimento* do país, cuja base é a blindagem do agronegócio, discussão que tratarei na próxima seção.

#### **4 – A blindagem do agronegócio e o mito do desenvolvimento**

As mudanças na distribuição da posse da terra no Brasil resultam da ação do Estado na propagação de políticas públicas, alardeadas como de desenvolvimento, que contribuem para blindar o agronegócio contra qualquer espécie de questionamento e crítica, de modo a fortalecer o mito triunfalista que diz que este é o motor do desenvolvimento nacional, embora o Censo Agropecuário 2006 do IBGE demonstre que, no campo, o segmento camponês é quem efetivamente gera 74,4% dos empregos no campo, 38% do valor bruto da produção agropecuária e produz os alimentos que compõe a mesa dos brasileiros (87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos) (MDA, sd). Por trás das cortinas deste cenário, encontram-se os organismos financeiros supranacionais (OMC, FMI, BM, etc.) que, a partir dos acordos de empréstimos firmados, impõem a obrigatoriedade de geração de níveis determinados de *superávits* primários, além das condicionalidades que ocultam a ingerência externa nas decisões dos governos por meio de medidas econômicas, jurídicas, tributárias, sociais, educacionais, agrárias, agrícolas, etc.

Neste marco, busca-se aprofundar a opção de inserção subalternizada do Brasil no capitalismo monopolista internacional tomada décadas atrás mediante a realização de uma modernização conservadora e, sobretudo, possibilitar, por um lado, a abertura do território para o capital transnacional às oportunidades de acumulação, a partir da exploração e controle do trabalho e dos recursos naturais (terra, água, minérios, biodiversidade, trabalho, etc.). Por outro lado estimula e financia a formação de empresas brasileiras com poder de atuação transnacional cujo exemplo emblemático recente é a formação da BRF - BrasilFood, resultante da fusão entre as maiores empresas agroalimentares do país, a Sadia S/A e a Perdigão S/A.

A fim de promover a blindagem do agronegócio no bojo deste movimento de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), faz-se mister ressaltar a ação do Estado na drenagem de dinheiro sobre a forma de créditos, incentivos e isenções fiscais e tributárias para os setores da agricultura capitalista. O próprio planejamento e gestão governamental do

desenvolvimentno do campo brasileiro se estabelece a partir de uma dicotomia ministerial, na qual o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) atende as demandas interpostas pelo capital, através do agronegócio, enquanto o Ministério da Desenvolvimento Agrário (MDA) trata das questão da agricultura camponesa, reforma agrária e pobreza rural.

Paradoxalmente, deste arranjo político decorrem distintos planos de governo para o financiamento da agropecuária nacional: o Plano Agrícola e Pecuário destinado ao agronegócio e o Plano Safra da Agricultura Familiar. A tabela 03 demonstra que entre 2007/2008 e 2011/2012 foram programados investimentos da ordem de 492,7 bilhões de reais para financiar o setor agropecuário brasileiro. Deste montante foram destinados 85,44% ou 422,7 bilhões de reais ao agronegócio e apenas 15,55% o que equivale a R\$ 72 bilhões de reais para financiar a agricultura camponesa.

Tabela 03 – Brasil - Distribuição do crédito agrícola segundo planos governamentais – 2007/2008 a 2011/2012

Ano	Plano agrícola (MAPA)			Plano Safra (MDA)		
	Total de recursos (R\$ bilhões)	Variação anual (%)	Fator de multiplicação	Total de recursos (R\$ bilhões)	Variação anual (%)	Fator de multiplicação
2007/2008	58	---	1,00	12	---	1,00
2008/2009	65	12,06	1,12	13	8,33	1,08
2009/2010	92,5	59,48	1,59	15	25	1,25
2010/2011	100	72,41	1,72	16	33,33	1,33
2011/2012	107,2	84,82	1,84	16	33,33	1,33
Total	422,7	---		72	---	

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho e Marcus Vinícius Feitosa Cruz.

Ao tomar como referência os créditos previstos para o biênio 2007/2008 para avaliar a variação dos recursos destinados a cada um dos setores, verifica-se que o governo contemplou ambos os setores com o crescimento dos recursos investidos. Todavia, observa-se que, além do maior volume para o agronegócio, conforme já mencionado acima, verifica-se que a variação a cada biênio se dá em patamares consideravelmente maiores que o previsto para o setor familiar. Evidencia-se ainda que o decurso do governo Lula estabeleceu uma tendência crescente dos recursos destinados ao setor, de modo que o previsto para a safra atual quase que dobrou com relação ao biênio 2007/2008. Enquanto isso, o setor camponês que inclui a pequena propriedade também apresenta um plano de crescimento do volume de créditos agrícolas, mas, obviamente em magnitude muito inferior ao previsto para o setor patronal, de modo que no período 2007/2008 a 2011/2012, os recursos do Plano Safra cresceram apenas 1,33 vezes e demonstram uma tendência de estabilização.

O forte crescimento dos créditos para o agronegócio nos últimos anos decorre da opção política do governo em tornar o Brasil uma referência mundial na produção e exportação de *commodities* (dentre as quais a soja e os cultivos destinados à produção dos

agrocombustíveis, particularmente a cana-de-açúcar, têm posição privilegiada), sob o controle das corporações transnacionais e formação de empresas nacionais de atuação transnacional. Neste bojo, busca-se na safra 2011/2012, superar a escassez de etanol no mercado interno mediante a destinação de uma linha de crédito especial aos produtores de cana-de-açúcar, no valor de R\$ 1 milhão para plantio, renovação e expansão dos canaviais.

Tal expansão em diferentes culturas, a exemplo da cana de açúcar dá-se através das bolsas de arrendamentos que incorporam áreas antes subutilizadas (re)funcionalizando o campo e impedindo a expansão das desapropriações das propriedades improdutivas para fins de reforma agrária. Pode ocorrer também a construção de *parceiras* entre os grandes empresários e outros proprietários pequenos e médios que, na prática, trata-se de formas de estabelecimento do controle do trabalho e da produção nas unidades camponesas mediante a imposição/difusão dos cultivos de interesse do próprio capital, onde este viabiliza/financia as diferentes etapas do processo agrícola, obviamente utilizando os créditos obtidos junto ao Estado por meio do Plano Agrícola.

Contudo o acesso a estes créditos carece da apresentação de garantias aos bancos. Isto se dá mediante um processo de mercantilização das terras, regularização da posse dos imóveis além de investimentos e implantação de infraestrutura no território que viabilize rapidez, baixo custo e possibilidade de exploração pelo próprio capital, embora, contraditoriamente, os vultosos investimentos sejam realizados pelo Estado na sua edificação. No tocante à regularização fundiária, os últimos três anos do governo Lula foram incisivos nesta dimensão, notadamente na Amazônia, região em que o Estado detém o maior estoque de terras devolutas, e, não casualmente, região em que o agronegócio globalizado mais se expandiu nos últimos anos (OLIVEIRA, 2011a, TEIXEIRA, 2011). O instrumento jurídico-normativo foi a criação em 2008 da Medida Provisória nº 422, tornada Lei nº 11.763 (1º de agosto de 2008), ampliada no ano seguinte com a MP 458, tornada Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, que regulamenta os dispositivos da regularização fundiária rural e urbana e serve como instrumento normativo para o Programa Terra Legal – Amazônia. Oliveira denuncia que antes deste programa

...o país já possuía instrumentos legais que permitem a legitimação das posses segundo os princípios constitucionais vigentes [que prevê que as terras devolutas devem ser destinadas ao programa nacional de reforma agrária]. Entre estes instrumentos legais estão os artigos 188 e 191 da Constituição Federal de 1988. Também faz parte da legislação relativa à regularização fundiária a Lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976, particularmente, o artigo 29 que trata dos ocupantes das terras públicas. Dessa forma, através da MP 458 o governo procurava na verdade, alterar os limites legais sobre a dimensão da área ocupada a ser legitimada [do

máximo constitucional de 50 hectares para até 1500 hectares] e, garantir o direito de preferência para alienação através de processo licitatório para os atuais grileiros ocupantes das terras públicas, quaisquer que sejam as dimensões das terras que ocupam ilegalmente. Este procedimento adotado pelo MDA/INCRA pode ser observado pelas seguintes alterações da Lei de Licitações (Lei nº 8.666 – 21/06/1993) e da Lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976 que rege a legitimação de posse em terras públicas. As ações do governo atual foram todas premeditadas e fazem parte da vitória da “banda podre” dos funcionários do INCRA, que passaram a “vender” as terras públicas da reforma agrária para o agrobandidismo [grifos meus] (2011, p. 14).

Complementarmente as ações de drenagem de recursos e criação de instrumentos de regularização da grilagem de terras na região de expansão do agronegócio, o Estado brasileiro tem operado na valorização do espaço, também a partir no segundo mandato do ex-presidente Lula, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O propósito é estimular os níveis de crescimento da economia nacional, através de um conjunto articulado de medidas na área econômica nacional e realização de megaprojetos nas áreas de infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana. Os megaprojetos pressupõem a implantação de fixos no território como a construção, reforma e/ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia, hidrelétricas, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, etc.

Embora este programa seja veiculado pelo discurso político como alternativa construída pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para a retomada do crescimento da economia nacional, quando verificamos as sucessivas *coincidências* com a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) no tocante a: diretrizes programáticas, carteira de projetos que apresenta sobreposição e complementaridade entre projetos dos dois programas (IIRSA E PAC), pode-se inferir que a propalada política nacional de desenvolvimento, na prática é uma estratégia internacional de desenvolvimento do capital. Situação emblemática disto observa-se que, dos 510 megaprojetos programados para o subcontinente sul americano, 86 estão previstos para serem implantados no Brasil, dentre os quais 35 são os mesmos do PAC e muitos outros que apenas compõem tão somente a carteira deste Programa, complementam projetos previstos na IIRSA (Quadro 04).

A IIRSA é uma iniciativa dos Estados Unidos da América (EUA), aqui compreendido como a confluência de intencionalidades entre governos, corporações transnacionais norte-americanas, bancos, especuladores financeiros e empreiteiras. O objetivo é criar um espaço continental fundamentado na livre circulação, cuja integração física é suporte fundamental. Nesta perspectiva, foram criados 10 eixos de integração na



IIRSA, interligando a costa do Atlântico e do Pacífico, a Patagônia ao istmo da América Central, onde a IIRSA se articula com os demais eixos previstos no Plano Puebla-Panamá, atualmente denominado de Plano Mesoamérica.

**Quadro 04 – Brasil: Complementaridade entre a IIRSA e o PAC**

Nº	Obras da IIRSA	Obras do PAC
1	Duplicação e modernização da rodovia BR 101 SC e RS	BR-101 – Duplicação – Aguapés-Divisa RS/SC
2	Anel viário de São Paulo trecho sul Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul	Anel viário de São Paulo trecho sul Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul
3	Conclusão do anel viário de Curitiba, trechos norte, sul, leste e oeste.	BR-116 – Adequação Contorno Leste Curitiba.
4	Porto de Paranaguá Dragagem	Porto de Paranaguá Dragagem
5	Construção da ferrovia Cascavel - Foz do Iguaçu	Corredor Ferroviário do Paraná
6	Melhoramento da navegabilidade do alto rio Paraná	Dragagem, Derrocamento e Sinalização
7	Estrada que liga Rio Branco - Cruzeiro do Sul	BR-364 – Construção e Pavimentação Sena Madureira Feijó e construção de 5 pontes - BR-364 – Tarauacá - Rio da Liberdade
8	Portos de Santarém e Itaituba	Terminal Hidroviário de Santarém e Itaituba
9	Melhoramento da navegabilidade no rio Iça, e construção de um terminal fluvial de passageiros e cargas em Santo Antônio do Içá	Construção de Terminal hidroviário no rio Iça.
10	Melhoramento da navegabilidade do sistema Amazonas-Solimões com construção de diversos terminais hidroviários ao longo do curso dos rios.	Construção de diversos terminais hidroviários ao longo do sistema Amazônia-Solimões.
11	Rede de terminais fluviais na Amazônia. Restauração da rodovia Caracas- Manaus	Construção de terminais hidroviários na Amazônia Manutenção da rodovia Caracas- Manaus
12	Melhoria da rede rodoviária Georgetown – Albina, estrada de Macapá a Oiapoque, trecho Ferreira Gomes a Oiapoque	BR-156 – Pavimentação Oiapoque - km 56
13	Ponte internacional sobre o Rio Oiapoque	BR-156 – Construção Ponte Internacional – Rio Oiapoque
14	Anel ferroviário de São Paulo trechos norte e sul	Ferroanel de São Paulo
15	Construção - Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e acesso rodoviário ao porto de Itaguaí	Arco Rodoviário do RJ BR 101 e BR493
16	Anel rodoviário de Campo	Grande BR 262/MS – Contorno de Campo Grande
17	Anel rodoviário de Corumbá	BR-262/MS – Contorno de Corumbá
18	Construção das avenidas	Porto de Santos – Perimetral
19	Perimetrais do porto de Santos e dragagem	Direita trecho 1-Porto de Santos – Perimetral direita trecho 2-Porto de Santos – Perimetral esquerda- Porto de Santos – Dragagem
20	Adequação do trecho Navegantes - Rio do Sul	BR 470/SC
21	Ampliação da infraestrutura do porto de São Francisco do sul construção e recuperação de berços e dragagem.	Porto S. Francisco do Sul – Dragagem - Porto S. Francisco do Sul – Berço 201 - Porto S. Francisco do Sul – Berço 101
22	Ampliação do aeroporto de Campinas	Aeroporto de Viracopos – Pista de Táxi, Pista Principal, Projeto 2ª Pista, Projeto Terminal de Passageiros
23	Ampliação do aeroporto de Guarulhos	Aeroporto de Guarulhos – Pistas e Pátios, Saída Rápida, Terminal de Passageiros 3
24	Construção do trecho rodoviário entre São Paulo e Belo Horizonte	2ª Etapa – Concessões Rodoviárias BR 381 – Divisa SP/MG-BH
25	Construção do anel rodoviário norte da região metropolitana de Belo Horizonte	Anel rodoviário de Belo Horizonte trecho norte.
26	Construção do trecho Santa Maria – Rosário do Sul	BR 158 – Pavimentação Santa Maria - Rosário do Sul
27	Construção e pavimentação da BR 282 / SC Florianópolis-fronteira com a Argentina	BR 282 – Pavimentação – São Miguel - Paraíso, BR 282 – Pavimentação – Lages – Campos Novos
28	Duplicação do trecho Palhoça - Osório (BR 101/SC)	BR 101 – Duplicação Palhoça-Divisa RS - BR 101 – Duplicação Osório - Aguapés-BR 101 – Duplicação Aguapés-Divisa RS/SC
29	Melhoramento da infraestrutura do porto de Itajaí (recuperação do berço norte e dragagem)	Porto de Itajaí – Dragagem

30	Adequação do trecho Rio Grande – Pelotas	BR 392 – Duplicação – Pelotas- Rio Grande
31	Ampliação dos molhes do porto de Rio Grande e dragagem	Porto de Rio Grande – Ampliação dos molhes Porto de Rio Grande – Dragagem
32	Sistema de transporte multimodal na Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.	Sistema de transporte multimodal na Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.
33	Construção da usina hidrelétrica de Garabi- RS	Construção da usina hidrelétrica de Garabi- RS
34	Complexo hidrelétrico do Rio Madeira (UHE de Jirau e UHE de Santo Antônio)	UHE Santo Antônio UHE Jirau
35	Ligação das usinas do Rio Madeira com o Sistema Interligado Nacional	Interligação das usinas do Madeira Porto Velho – Araraquara SP

Fonte: <http://www.iirsa.org/ProyectosPais.asp?CodIdioma=ESP&Pais=3>; <http://www.brasil.gov.br/pac> - Organizado por Charles Alves Gonçalves e Eraldo da Silva Ramos Filho, 2010.

Sua implantação, a partir de 2000, conta com a ação financeira de um conjunto de bancos supranacionais, liderados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e, apoio dos governos do subcontinente americano. Segundo o Fonplata (2007), o objetivo da IIRSA é “construir um novo paradigma de desenvolvimento da infraestrutura regional, sustentando os requerimentos da demanda” mediante a integração meramente física e comercial da América do Sul.

Este *novo paradigma* fundamenta-se no conhecimento profundo da distribuição dos recursos naturais da América do Sul e o planejamento para implantação de megaprojetos de infraestrutura de comunicação, transporte, energia, etc. que produza uma nova geopolítica da exploração e controle dos recursos naturais, como forma de dinamizar as cadeias produtivas mais competitivas, com vistas a obter uma maior fluidez na circulação de mercadorias, trabalho, capitais, informações, etc., capaz de promover a redução dos custos para o capital.

Neste contexto, os conjuntos de megaprojetos previstos na IIRSA/PAC atendem diretamente as necessidades do agronegócio instalado no Brasil de diferentes formas: a) na viabilização de novos e modernos eixos de circulação e transportes; b) maior fluidez para escoar a produção a longas distâncias, particularmente para os mercados consumidores asiáticos mediante a abertura da comunicação com Oceano Pacífico; c) valorização das terras em face dos investimentos realizados em logística no interior do país; d) somam-se às ações do PAC/IIRSA os incentivos para a atração de capital externo para segmentos de ponta do agronegócio e formação de empresas brasileiras mundializadas.

Por sua vez, diferentes megaprojetos do PAC/IRSA têm ocorrido mediante a expropriação de comunidades tradicionais de suas terras, ampliação do controle dos recursos naturais por corporações transnacionais, legalização de áreas griladas o que nos permite inferir que está em curso uma geopolítica da dominação do território (CECEÑA, 2007) que favorece diretamente a territorialização do agronegócio nacional e mundializado. Partindo destes referenciais, o PAC nada mais é que a nomenclatura nacional para a estratégia do capital transnacional contido na IIRSA.

Indubitavelmente, a expansão dos agrocombustíveis, das *commodities* agrícolas, da infraestrutura e logística sob a égide do PAC/IIRSA está produzindo com celeridade o reordenamento do território e abrindo novas possibilidades de penetração e territorialização do capital no campo, na cidade e na floresta, produzindo velhas e novas formas de destruição do campesinato e levando esta classe social a (re)criar formas de resistência à desterritorialização à subordinação da renda da terra ao capital. Nesta concepção, a reforma agrária não é compreendida pelo governo como uma política estruturante e de geração da soberania alimentar, mas sim uma política de compensação social, voltada ao combate à pobreza e à miséria, tema que tratarei na próxima seção.

### **5 - A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria**

Os dirigentes do cassino global, reunidos no G20<sup>4</sup>, decidiram em 02 de abril de 2009 sobre a adoção de um conjunto de medidas para saída da crise financeira mundial, desencadeada partir do ano de 2008, com a eclosão da bolha financeira do mercado imobiliário norte-americano. Programaram-se vultosas injeções de dinheiro para reforçar instituições financeiras supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC) e grandes bancos privados. No plano subnacional os governos dos Estados-Nação tomariam as medidas necessárias para financiar as perdas dos usuários-especuladores, concedendo-lhes extraordinárias somas de dinheiro advindas dos tributos pagos pela população, bem como, disponibilização de créditos com vistas a estimular o consumo geral.

Para uma crise de escala mundial, as soluções propostas acompanharam a escala-mundo e reafirmaram o papel do Estado na sociedade, em particular no salvamento e recuperação da capacidade de acumulação do capital. A crise financeira mundial eclipsou a crise mundial dos alimentos. Produziu medidas que ignoraram o contingente horripilante de 1.023.000.000 de seres humanos em situação de brutal inanição no ano de 2009, distribuídos pelo planeta (FAO, 2010). Segundo projeções da FAO (2011), no ano de 2010 houve um pequeno recuo deste número para a inaceitável marca de 935 milhões de pessoas sobrevivendo sob as sombras da fome.

Inúmeros são os estudiosos, instituições supranacionais, organismos governamentais, organizações não-governamentais, etc., que se debruçam sobre esta

---

<sup>4</sup> O grupo dos vinte maiores economias do mundo, também conhecido como G20 financeiro é integrado pelos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Européia.

problemática produzindo reflexões sobre suas causas, bem como as mais variadas proposições resolutivas. Raros são os estudos, políticas públicas e outros tipos de ações que se voltam à erradicação da pobreza. As soluções para esta problemática geralmente residem no plano do desenvolvimento capitalista, nas soluções pela via do mercado e, mais recentemente, são dirigidas pela racionalidade neoliberal cujo princípio central é a conversão de todas as dimensões do real e suas múltiplas relações possíveis em mercadorias, negócios rentáveis e apropriação privada de riqueza ampliada.

As propostas e ações vigentes se limitam à condição de mitigação da pobreza, de alívio da desumanidade da fome e da miséria (MUTIS e OKURO, 2011). Nesta perspectiva, conforme nos sugere Carvalho (2009) a pobreza, a miséria e a fome se convertem em um negócio rentável de maneira que as políticas voltadas para a sua redução logram cumprir tão somente sua própria reprodução. As saídas propostas pelo fórum do G20 suplantaram a Organização das Nações Unidas (ONU) no tocante aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>5</sup>, mesmo que suas metas encontrem-se em consonância com os pressupostos neoliberais. Aquelas, seguramente não serão atingidas nos próximos três anos que nos separam de 2015, já que as políticas e ações de redução da pobreza se fundamentam na reprodução da pobreza e desigualdade.

Diferentes são as conceituações sobre pobreza. Escobar (1998) alertando que a pobreza como campo de investigação se estabeleceu com a incorporação deste expediente à agenda dos organismos supranacionais, aponta-nos que no ano de 1948 o Banco Mundial delimitou seu conceito de pobreza: seriam pobres os países com rendimento per capita inferior a 100 dólares. Esta concepção concebe a pobreza de forma unidimensional, reduzida à condição de baixa capacidade econômica dos países e dos indivíduos, impedindo-os de consumir os recursos essenciais para a reprodução da vida. Nesta compreensão, as soluções residem no crescimento econômico e desenvolvimento, o que pressupõe a erradicação das formas de existência comunitária e/ou comunal.

A pobreza do conceito de pobreza dos organismos financeiros supranacionais impede de enxergar que a extrema pobreza é uma problemática estrutural do capitalismo, uma vez que “en el sentido moderno solamente apareció [a pobreza] cuando la difusión de la

---

<sup>5</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criados por 198 países em no ano 2000, prevêem até o ano de 2015: reduzir à metade o quantitativo de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza; proporcionar que crianças de todo o mundo possam terminar um ciclo completo de ensino primário; eliminar a desigualdade de escolarização entre os gêneros; reduzir em dois terços a mortalidade das crianças menores de cinco anos; reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna; deter a contaminação por AIDS, especialmente o continente africano; difundir os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas nacionais; fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento.

economia de mercado rompió los lazos comunitarios y privo a millones de personas del acceso a la tierra, al agua y a otros recursos” (ESCOBAR, 1998, p. 53). Compreendo a pobreza como processo histórico, relacional e multidimensional. Resulta das relações sociais construídas historicamente no confronto entre as diferentes classes sociais, resultando em contínuo movimento de produção de desigualdade econômica, social, política, cultural, indo além dos rendimentos individuais. Envolve a interação entre as diferentes formas de manifestação do “...subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social decorrente de um processo histórico que gera exclusão social, econômica e política” (MELO, 2005, p. 7).

Recentemente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou o primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano para América Latina e Caribe 2010 (IRDH), intitulado *Atuar sobre o futuro: romper a transição intergeracional da desigualdade*. O centro da análise reside na dimensão econômica anunciando que a América Latina é a região mais desigual do mundo, abrigando 10 dos 15 países com os maiores índices de desigualdade do planeta. No contexto regional, tomando o índice de Gini para distribuição da renda, o Brasil (empatado com o Equador) tem índice de Gini igual a 0,56 o que lhe confere a posição de terceiro país mais desigual em renda da região. Os outros dois países mais desiguais da região são Bolívia e Haiti, respectivamente, com índices de Gini 0,60 e 0,59. Em comparação com outras regiões do mundo, levando em consideração as últimas estatísticas válidas, a concentração de renda é pior que o Brasil somente em Camarões e Madagascar, que possuem 0,60 de Gini, e África do Sul e Tailândia, que apresentam 0,59 de Gini.

A análise da agência supranacional enfatiza as influências na transferência geracional da desigualdade, os baixos níveis de escolaridade dos pais, além das faces feminina, negra e indígena da pobreza. Como forma de mitigação da problemática, sugere políticas de transferência de renda, já presente em diferentes países da região, a exemplo do: Programa Bolsa Família (Brasil), Progresas/Oportunidades (México), Chile Solidário (Chile), Famílias em Acción (Colômbia), Jefas y Jefes de Hogar (Argentina), Bono de Desarrollo Humano (Equador), etc. Não toca na questão agrária!

Os programas de transferência de renda são instrumentos paliativos de mitigação da pobreza, através dos quais o Estado incumbe-se de atribuir uma espécie de mesada aos mais pobres para que possam consumir o mínimo essencial à reprodução da família. Sua existência está condicionada à vontade política de cada governante, assumindo, portanto,

uma condição intermitente e compensatória. As políticas compensatórias se limitam em mascarar momentaneamente os problemas, infla as estatísticas, criando assim um cenário favorável para a propaganda política. Quando a conjuntura *mais favorável* passa, os programas são suspensos e os problemas emergem com maior gravidade.

Nos últimos dez anos, aproximadamente, a sociedade brasileira tem acompanhado alguns com certa euforia nos discursos de governos e ações traduzidas em programas e políticas públicas, a difusão da necessidade de reduzir a pobreza no país. Pode-se inferir que um fator importante para esta tendência é o compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) adotados pela Assembléia Geral da ONU no ano de 2000.

É neste contexto que se inserem as políticas recentes de fomento à segurança alimentar e combate à pobreza rural e urbana no Brasil. Historicamente as políticas e ações públicas voltadas ao problema da alimentação no Brasil têm se apresentado de forma fragmentada e fundamentadas nas diretrizes internacionais, especificamente na compreensão de segurança alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Um passo importante de institucionalização das ações, com vistas ao combate à fome, deu-se com o governo Lula que, em 2003, promulgou a Lei 10.683 de maio de 2003, instituindo o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), cuja atribuição principal era articular e implementar as ações do Programa Fome Zero, além de recriar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Em 2004, o MESA foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o qual buscou ampliar as ações do governo de forma intersetorial.

O Programa Fome Zero foi construído por uma equipe de especialistas em questões alimentares, nutricionais, saúde e do desenvolvimento rural, articulados pela ONG Instituto da Cidadania. Após sua divulgação, entre 2000 e 2001, o Fome Zero converteu-se no principal mote da campanha eleitoral do então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Buscava recuperar a dívida histórica do país com o combate à fome. Com a eleição do Lula em 2002, e sua posse em 2003, o Fome Zero assumiu notoriedade, definindo os rumos das políticas interna e externa do governo, além de rapidamente receber apoio e reconhecimento de organismos supranacionais como o FMI, BM e FAO. Na essência do programa residia o compromisso do Estado de desencadear um conjunto de ações que viabilizasse o mínimo à sobrevivência dos mais carentes, além de pretender ser uma alternativa ao desenvolvimento local.

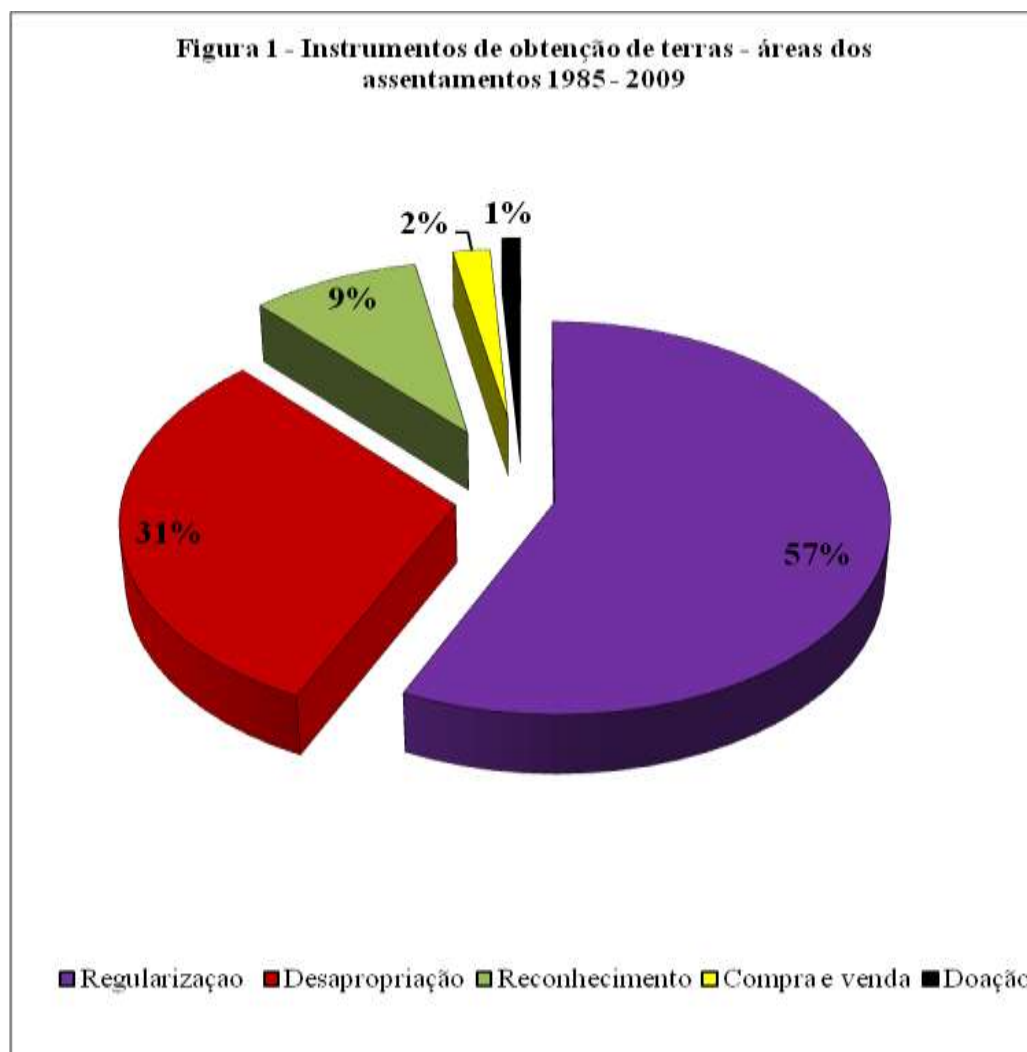
Nesta virada da primeira década do século XXI, após o Programa Fome Zero ter conferido notoriedade internacional ao ex-presidente Lula e, mais recentemente, a direção da FAO ao seu ex-coordenador, os últimos meses que vão desde as eleições presidenciais de outubro de 2010 e este início do mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff, o discurso político anterior saltou da continuidade para um jogo de palavras de maior impacto, sendo, salvo melhor juízo, a única governante a defender a **erradicação da extrema pobreza** em nosso país.

É um jogo de palavras de efeito, pois o conceito de extrema pobreza originado na FAO é limitado e unidimensional pois, nele cabem apenas aqueles com renda entre R\$ 0,00 (zero reais) e R\$ 70,00 (setenta reais). Aí não se contabiliza a massa dos que vivem do salário mínimo. Estes programas já nascem fracassados, pois buscam mitigar a pobreza produzindo soluções dentro do desenvolvimento do capitalismo a partir de políticas compensatórias. No centro da plataforma programática do setor social do governo da atual presidenta, Dilma Vana Rousseff, está o Programa Brasil Sem Miséria, que apesar de assumir destaque através da midiabilidade, não inclui a reforma agrária. Na prática, esta política estruturante (reforma agrária) não consta na pauta do atual governo, de modo que as soluções encontradas limitam-se à (re)produção da pobreza e da desigualdade.

As políticas de mitigação da pobreza não adotam na centralidade a necessidade de alterar a condição histórica e estrutural da desigualdade social no país que é a concentração fundiária. Apesar do ex-presidente Lula ter elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), ele não foi realizado na plenitude, e agora, com o fim do seu governo, vemos que ele serviu para desvirtuar o conceito e a prática política da reforma agrária. Isto porque o conceito de reforma agrária do governo Lula, colocou diferentes instrumentos fundiários de arrecadação de terras destinadas à população mais pobre no mesmo patamar que o programa nacional de reforma agrária, cuja previsão constitucional trata da necessidade de cumprimento da função social da terra rural, ou sua desapropriação para fins de reforma agrária. No entendimento deste governo, diferentes instrumentos de obtenção de terras (regularização fundiária, reordenamento agrário, reconhecimento, doação, compra e venda de terras) são sinônimas de reforma agrária conforme discutiu Fernandes (2010) (Figura 1).

Observe-se que o principal instrumento de arrecadação de terras adotado pelo Estado desde a redemocratização tem sido a regularização fundiária, que trata-se do reconhecimento do direito de posse que têm as famílias que utilizam terras públicas há décadas. Estudos recentes demonstram que parte significativa das famílias computadas na reforma

agrária do governo Lula foi assentada na Amazônia, justamente onde se localiza a maior quantidade de terras devolutas e de posseiros. Na prática, ocorreu, meramente, a concessão dos títulos de



propriedades às famílias que há décadas ocupam terras públicas.

Fonte: Fernandes, 2010 – Boletim DATALUTA, jul. 2010.

Outro instrumento que tem desvirtuado o conceito clássico da reforma agrária tem sido os sucessivos programas de crédito fundiário introduzidos no Brasil pelo Banco Mundial, desde 1997. Com discursos governamentais de complementaridade à reforma agrária constitucional, os governos difundiram com estes a concepção de alívio da pobreza rural articulada com o fomento à venda e compra de terras. A concepção de campo assume um caráter neoliberal ao passo que o mercado detém centralidade na criação e na recriação do campesinato. Assim, a reforma agrária assume um caráter mercantil e sua defesa passa a ser realizada com veemência pelos ruralistas como alternativa pacífica e viável. Já o



movimento sindical deposita seu apoio político operacional em face da existência de uma base de minifundiários e da possibilidade de participação na estrutura governamental.

O somatório da área arrecadada, entre 1985 e 2009, por regularização fundiária, reconhecimento, compra e venda e a doação atinge 69% do total arrecadado, evidenciando a opção política do Estado e dos governos de não confrontar com a classe dos grandes proprietários de terras, portanto, nesses casos, não há alteração da estrutura de propriedade, uma vez que o instrumento que efetivamente produz desconcentração do território é a desapropriação prevista na Constituição Federal de 1988. Enquanto isto, a sociedade, bombardeada pela midiabilidade, gradativamente vai incorporando a uma falsa realidade que não há mais sentido falar em reforma agrária, mas sim em combater a pobreza sem dar-se conta que a difusão deste território imaterial, na prática, é uma ação de contrarreforma agrária.

## **6 – Considerações finais**

Na década de 1970, os estudos do sociólogo Antonio García Nossa, em sua tipologia das reformas agrárias latinoamericanas, definiu as reformas agrárias marginais ou contrarreformas agrárias como aquelas:

...que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo) sino hacia la reparación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en reglas institucionales de la sociedad tradicional (1970, p. 10).

A análise dos principais componentes da conjuntura agrária atual nos permite, a partir do nosso referencial teórico, inferir que está em curso no Brasil um movimento de contrarreforma cuja operação se dá com a hegemonização das teses do paradigma do capitalismo agrário, desde a academia, passando pelas políticas públicas e chegando até o senso comum. Esta forma de explicar a realidade dá suporte e forja uma legitimidade para a opção dos governos petistas de tornar o Brasil uma referência regional e mundial na produção de *commodities*, nas políticas de combate à pobreza e miséria, bem como na realização dos investimentos de atualização e ampliação da logística no território sob o discurso de maior integração (econômica) regional.

A garantia pelo Estado da blindagem ao capital, neste caso especialmente do agronegócio, atrai ao país usuários internacionais. Este pensamento desencadeia processos de produção do espaço que ocultam e mascaram o jogo de abertura do território para o capital controlar os recursos naturais (terra, água, minérios, energia, biodiversidade, trabalho, etc.) em vigor, mesmo que o processo de concentração de terra demonstre-se ainda

mais desigual. Muitas vezes a realidade é tão evidente que o capital determina que os ruralistas, no Congresso Nacional, criem factóides para tentar derrotar as vozes dos trabalhadores. Exemplo emblemático foi a inócua e mal fadada CPMI do MST, desencadeada em 2009 pela senadora e presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Kátia Abreu. Cujos objetivos buscavam criminalizar os movimentos socioterritoriais (particularmente o MST), justamente no momento em que os dados do Censo Agropecuário eram divulgados pelo IBGE demonstrando a superioridade do desenvolvimento inclusivo e econômico proporcionado pelo setor camponês brasileiro, ademais de tentar deslocar o foco das reivindicações dos trabalhadores por limitação do tamanho da propriedade privada no campo e atualização dos índices de produtividade nacional.

O mascaramento das desigualdades multidimensionais geradas por este modelo ganha corpo na ascensão da midiabilidade em torno das políticas de combate à pobreza e miséria. Vm se tornando frequente as argumentações de intelectuais, políticos, gestores públicos, empresários, jornalistas, etc. de que não faz mais sentido falar em reforma agrária no Brasil, uma vez que vivemos uma fase de pujança econômica e que os esforços devem direcionar-se para a mitigação da pobreza. Esta é uma compreensão da realidade fundamentada na opção de desenvolvimento pleno do capitalismo no campo e nas cidades, que perpassa a mercantilização de todas as dimensões da vida, inclusive da pobreza e da terra. Aqueles que não se inserirem nos processos econômicos serão contemplados com os programas sociais de governo, que incluem transferência de renda, crédito fundiário, destinação de alimentos, seguro desemprego, etc. Esta perspectiva pressupõe a transferência do problema da pobreza para a gerência do Estado através de políticas compensatórias de mitigação da pobreza, porém não ataca a estrutura da desigualdade social e garante a regulação do preço da força de trabalho e existência de um exército de reserva de força de trabalho sob controle.

Diante desta ofensiva de contrarreforma agrária a correlação de forças torna a luta contra o capital, contra o agronegócio, por terra, território e reforma agrária mais difícil. As contradições se acirram e impactam as ações dos trabalhadores em movimento e suas organizações que (re)constroem suas formas de organização para as lutas reivindicatórias e contestatórias. Há uma enorme diversidade social lutando por terra, água, território e direitos dentre estes se destacam o grito e braço erguido: dos indígenas, sem terras, posseiros, acampados, quilombolas, bóias-frias, vazanteiros, gerazeiros, faxinalenses, quebradoras de coco babaçu, catadoras de mangaba, comunidades de fundo de pasto, etc.

No centro deste embate segue a disputa pela terra conforme podemos verificar na figura 2 abaixo que representa, no período 1994 a 2010, os quantitativos dos conflitos totais e por categorias (conflitos por terra e desmembrado desta as ocupações de terras, os conflitos trabalhistas e o trabalho escravo, os conflitos por água e outros conflitos). Este intervalo foi escolhido por referir-se ao período em que se explicitam os impactos da penetração do neoliberalismo no país e estendem-se até ao final da primeira década do século XXI que abrange as medidas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Verifica-se nestes 17 anos a permanência do conflito no campo brasileiro em todo o período. Em que pese oscilação da linha de total de conflitos, verifica-se ao longo dos anos, se comparado ao início do período, um maior número total de conflitos, o que decorre da diversificação das categorias de conflitos no campo. Isto pressupõe obviamente uma diversidade maior dos sujeitos em estado de enfrentamento. Os anos compreendidos entre 1994-1998 e 1999-2002 dizem respeito aos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o período 2003-2006 e 2007-2010 aos dois mandatos do presidente Luiz Inácio *Lula* da Silva. Observe que o quantitativo total dos conflitos tem uma tendência ascende ao longo do período, até atingir as maiores marcas históricas de: 1.801 conflitos em 2004 e, 1.881 conflitos em 2005. Depois destes anos verifica-se uma tendência declinante no número total dos conflitos no campo, embora o ano 2010 ainda apresente mais conflitos que o início do período, na década de 1994.

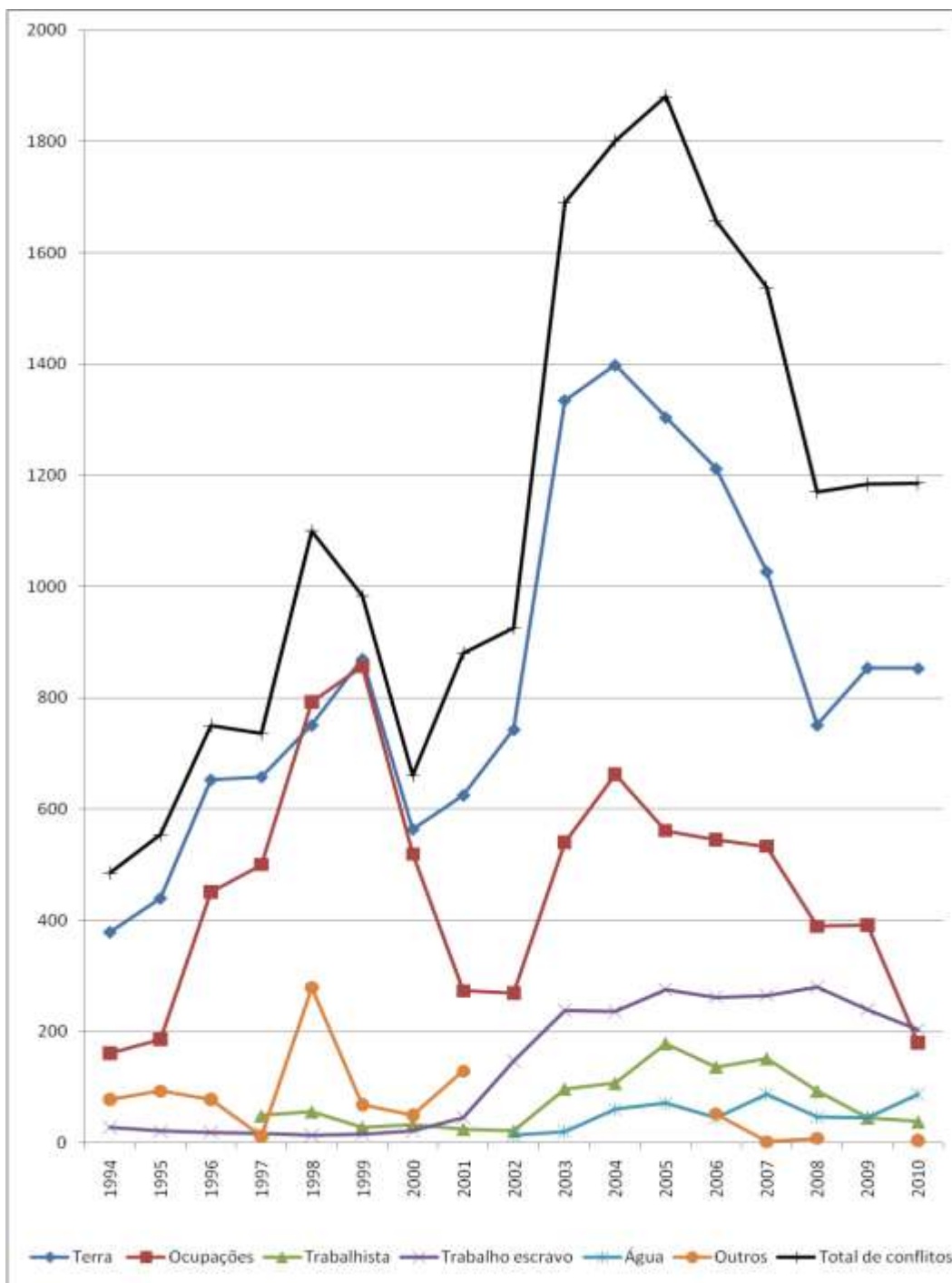
Os conflitos por terras têm grande proeminência no comportamento do total dos conflitos no campo brasileiro, de modo que a variação dos conflitos por terras acaba determinando variação idêntica tanto no tocante ao total de conflitos (Figura 2), quanto em relação ao número de famílias envolvidas em conflitos (Figura 3). Quando nos referimos aos conflitos por terras precisamos ter duas dimensões em questão: a) considerar a diversidade de sujeitos em movimento (sem terra, posseiros, meeiros, parceiros, vazanteiros, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, gerazeiros, faxinalenses, etc.); b) o conflito por terras se dá em oposição à desterritorialização e pela reterritorialização da relação social camponesa e/ou de resistência à subalternidade do território camponês imposta pelo capital.

O impacto deste conjunto de medidas de governo sobre a luta camponesa foi a reconfiguração das suas bases, formas e alcance. O período de crescimento econômico vivido no país, a ampliação dos empregos formais e a ampliação da capilaridade do Programa Bolsa Família, bem como a linha política do MST em lutar contra o capital, impactaram diretamente na flexão do número de ocupações de terras e famílias envolvidas, sobretudo, a partir de 2004. De modo que o número total de ocupações em 2010 se aproxima

do quantitativo em 1994, no começo do período em análise. Isto tem impactos diretos na igual redução do número de novos assentamentos de reforma agrária e famílias beneficiadas, a partir de 2006.

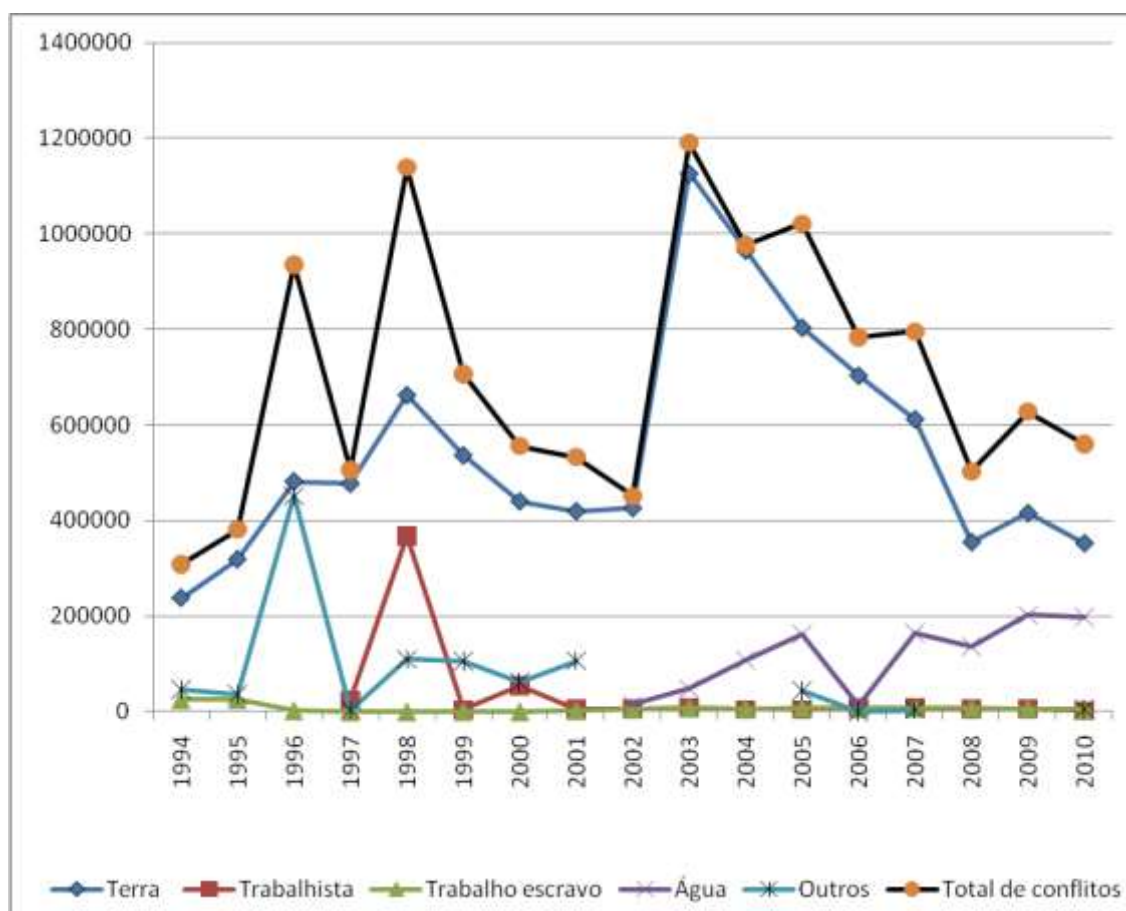
Esta redução não implica a eliminação dos conflitos no campo brasileiro. É bem verdade que há com a redução das ocupações de terras, logo uma redução dos conflitos por terras, contudo, a principal transformação apontada por Oliveira (2011b) tem sido após 3 décadas, a retomada do protagonismo dos posseiros na liderança das lutas por terras no Brasil. Isto decorre da resistência destes sujeitos às ações do governo em intensificar a ocupação de terras na Amazônia a partir das medidas de regularização da posse do capital sobre terras devolutas, que nada mais são que terras públicas, que segundo a legislação devem ser transformadas em terras da reforma agrária.

Figura 2 - Brasil - Número de conflitos no campo (1994-2010)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (vários anos); DATALUTA 2009 apenas para os dados de ocupações de terras. Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho, 2011.

Figura 3 – Brasil - Número de famílias envolvidas em conflitos no campo (1994-2010)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, CPT (vários anos) – Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho, 2011.

Tais mudanças demonstram de um lado a falta de compromisso dos governos com a realização da reforma agrária no Brasil, por outro a persistência das lutas dos povos do campo na busca por sua (re)territorialização e/ou resistência à subalternidade imposta pelo capital. O fato de maior preocupação, no momento de fechamento deste texto é a total ausência de compromisso com a reforma agrária pelo atual governo da presidenta Dilma Vana Rousseff. Tememos que o nobre esforço de *erradicação da extrema pobreza* não inclua na sua centralidade a realização de uma reforma agrária que caminhe na direção de alterar a estrutura fundiária brasileira. Nesta direção advogo alguns caminhos/medidas articulados para a retomada reforma agrária como política pública estruturante de transformações na direção da justiça social no Brasil deste século XXI:

- 1) Elaboração urgente e execução do III Plano Nacional de Reforma Agrária;
- 2) Atualização imediata dos índices de produtividade da agricultura brasileira defasados desde a década de 1970;
- 3) Limitação do tamanho da propriedade da terra rural em até 35 módulos fiscais;

- 4) Suspensão imediata do Programa Nacional de Crédito Fundiário e indenização dos camponeses enganados pelos diferentes programas de governo (Cédula da Terra, Banco da Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário e suas respectivas linhas de financiamento);
- 5) Anistia das dívidas contraídas pelos programas de crédito fundiário e PRONAF;
- 6) Aprimoramento dos instrumentos de comercialização da produção do setor camponês e ampliação dos recursos;
- 7) Ampliação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Educação do Campo;
- 8) Transformação da agroecologia em política de Estado estratégica para produção da soberania alimentar;
- 9) Fortalecimento do INCRA e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
- 10) Construção de uma política pública de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, gratuita, referenciada nas comunidades, dialogada com os trabalhadores e articulada com as instituições de pesquisa agropecuária, em detrimento dos contratos periódicos.

### **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A readequação do Estado aos interesses do capital. O crescimento da pobreza e da fome no mundo**. Curitiba: in mimeo, maio de 2009.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CECEÑA, Ana Esther Ceceña; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) Buenos Aires, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá, Colômbia: Editorial Norma, 1998.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED. **The state of food insecurity in the world: addressing food insecurity in protracted crises (2010)**. Roma: FAO, 2010.

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURAY LA ALIMENTACIÓN. **El estado mundial de la agricultura e la alimentación 2010 – 2011: las mujeres en la agricultura. Cerrar las brechas de género en aras del desarrollo**. Roma: FAO, 2011.

FELICIANO, Carlos Alberto. (coord.) et al. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010**. Presidente Prudente: FCT/NERA, 2011. Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_2010.pdf](http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf) >.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês. In: **Campo – Território: revista de Geografia Agrária**. v. 1, n. 2, p. 14 – 30, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11793/6905>. Acessado em: 17 jan. 2012 às 18:18 hs.

FELÍCIO, Munir Jorge; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. In: X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural. Contribución a la actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe. Xochimilco, México: CLACSO/UAM, 2010, in mimeo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente: NERA/UNESP, n. 31, jul. 2010. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_07\\_2010.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_07_2010.pdf) >.

\_\_\_\_\_. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/NEAD; São Paulo: UNIARA (co-editor), 2008, p. 27 – 52.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Córtez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (coord.) et al. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**, 2006. Presidente Prudente: FCT/NERA, 2007. ade Estadual Paulista, 1994.

GARCIA, Antonio. **Dinámica de las reformas agrarias en América Latina**. 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.

\_\_\_\_\_. **Sociología de la reforma agrária en América Latina**. Bogotá: Ediciones Cruz del Sur, 1973.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Índice de violência no campo –Brasil 2005. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT, 2006, p. 183 – 199.

\_\_\_\_\_. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2004** Goiânia: CPT, 2005, p. 142 – 156.

\_\_\_\_\_. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2003**. Goiânia: CPT, 2004, p. 9 – 26.

GONÇALVES, Charles, Alves. **Relatório de monitoria nas disciplinas Geografia Política e Geografia Agrária**. São Cristóvão: UFS/DGE, 2010, p. 44.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**, São Paulo: Brasiliense, 1984.

KAUTSKY, Karl **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.



MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en América Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL – SPM, 2005.

MENDRAS, Henry. *La Fin des paysans*. Paris : Actes Sud, 1984.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006**. Brasília: s/d.

MUTIS, Alicia Puyana; OKURO, Samwel Ong'wen (orgs.). **Strategies against poverty: designs from the north and alternatives from the south**. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil no governo Lula. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, 2011a, San José - Costa Rica. **Anais...** San José, Costa Rica: Disponível em: < [http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com\\_remository&Itemid=180&func=fileinfo&id=514](http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com_remository&Itemid=180&func=fileinfo&id=514) >.

\_\_\_\_\_. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011b. Disponível em < [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) >

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia).

PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para America Latina y el Caribe 2010**. Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional da desigualdade. Nueva York, EE.UU, Costa Rica: Editorama S/A, 2010. Disponível em < [www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org](http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org) >, Acessado em 03 de ago. 2010, 10:05.

QUINTERO, Gabriel Tobón; OSORIO, Flor Edilma. **Estructuras de poder regional y dinámicas de concentración de la tierra en Colombia en el marco del conflicto armado**. Bogotá: Departamento de de Desarrollo Rural y Regional, Pontificia Universidad Javeriana, s/d, slides.

QUINTERO, Gabriel Tobón. **La reforma agrária en Colombia**. Bogotá: Departamento de de Desarrollo Rural y Regional, Pontificia Universidad Javeriana, s/d, slides.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acessado em: 3 out. 2008a.

\_\_\_\_\_. Dilemas da (re)criação do campesinato na atualidade: a reforma agrária e a reforma agrária de mercado. In: CURADO, Fernando. et all. (org.) **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa/UFS, 2008b

\_\_\_\_\_. A Via Campesina Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**

**Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008c, vol. XII, núm. 270 (76). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-76.htm>>

\_\_\_\_\_. De pobre e sem-terra a pobre com terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado. In: FERNANDES, B. M. et. all. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Vol. 2, (Coleção História Social do Campesinato), São Paulo: NEAD, MDA, EDUNESP, 2009. Disponível em: <  
[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/65/Lutas\\_Camponesas\\_vol2.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/65/Lutas_Camponesas_vol2.pdf)>.

\_\_\_\_\_. A contrarreforma agrária do Banco Mundial e o MST em Sergipe – Brasil. In: **I Reunión del Grupo de Trabajo “Desarrollor Rural: disputas territoriales, campesinos e decolonialidad.** Quito: CLACSO, 2011a.

\_\_\_\_\_. Da prisão da dívida ao território da política: reforma agrária de mercado e o combate a pobreza rural. Os casos da FETASE, MST e MARAM.. In: RUBIO, Ana María Pérez; DURAN, Nelson Antequera.. (Org.). Viejos problemas, nuevas alternativas: estrategia de luchas contra la pobreza gestadas desde el Sur. 252 ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP/NORAD, 2011b, v. 1, p. 217 - 251. Disponível em: <  
[http://www.clacso.org.ar/area\\_r\\_internacionales/3a2.php?idioma=port](http://www.clacso.org.ar/area_r_internacionales/3a2.php?idioma=port)>

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate a pobreza rural:** os casos do MST, CONTAG e MARAM. Subordinação ou resistência camponesa. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO-CROP, 2011c. Disponível em: <  
[http://www.clacso.org.ar/area\\_r\\_internacionales/3a2.php?idioma=port](http://www.clacso.org.ar/area_r_internacionales/3a2.php?idioma=port)>

SILVA, José Graziano da. **Investir no combate à pobreza deixa um extraordinário retorno.** Entrevista concedida a Fabiana Frayssinet. Salvador: Agência de notícias Inter Press Service, 7 dez. 2011. Disponível em: <  
<http://ips.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=7783>>. Acessado em: 15 jan. 2012 às 17:40hs.

STÉDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil:** programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. A democracia que vivemos é hipocrisia. Entrevista concedida a Marcela Rocha. Biblioteca Diplô – Movimentos sociais. Abril de 2008. Disponível em: < <http://diplo.org.br> >. Acessado em: 17 de jan. 2012 às 11:13hs.

TEIXEIRA, Gerson. Agravamento da concentração de terras no Brasil? In: **Boletim DATALUTA:** artigo do mês. Presidente Prudente: NERA, jul. 2011. Disponível em: <  
[http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes\\_2011.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2011.pdf)> Acesso em 10 set 2011 às 11:00hs.

VEIGA, José Eli. O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.